

CULTURA ESTRATÉGICA EM PORTUGAL: A ESCOLA ESTRATÉGICA PORTUGUESA

António Horta Fernandes . FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Não será de todo estranho começar este breve apontamento sobre a cultura estratégica portuguesa, aludindo ao sentido da estratégia defendido pelo fundador da Escola Estratégica Portuguesa, general Abel Cabral Couto. O fenómeno estratégico terá a ver com o *conatus essendi*, com a preservação do ser, perseverando nesse ser, face a um outro como fonte de ameaça.

Partindo desta ideia, cremos que facilmente motivo de consenso no essencial, torna-se necessário averiguar até que ponto em Portugal se desenvolveu uma interpretação estratégica, e conseqüente aplicação, de cunho próprio, traduzindo-se numa cultura face ao conflito hostil (campo privilegiado da estratégia) com especificidades únicas.

Para isso, importa saber em que plano ou planos assenta essa cultura estratégica portuguesa, e quais as suas características. Socorrendo-nos uma vez mais, ainda que um tanto livremente, de Abel Cabral Couto e da sua tripartição do fenómeno estratégico, devemos atender à dimensão do fazer, respeitante à acção propriamente dita, ao múnus do estratega, mas também à dimensão do saber fazer, do apoio à decisão, do aconselhamento do príncipe, onde se cruzam a figura do estratega e a do estrategista, a da acção e de um saber mais experiencial com essa outra de um saber mais teórico. Finalmente, é necessário atender ainda ao campo por excelência do estrategista, o da fundamentação teórica da estratégia, tanto ôntica quanto epistemológica.

Qualquer destas dimensões da estratégia é essencial, pois embora a estratégia seja primordialmente uma disciplina de acção, sendo decisivo o seu ponto de aplicação, só o é enquanto disciplina praxista, práxis social, racionalidade social face ao conflito hostil, o que ao mesmo tempo quer dizer acção e sentido da mesma.¹ Dito por outras

¹ Trata-se daquilo que denominamos de *racionalidade social estratégica*: uma socialidade que gera fins próprios em face do conflito (no sentido forte de hostilidade e animadversidade), escorada numa unidade fundada num reconhecimento ideológico de base, o qual não garante mais do que um equilíbrio instável, por força da dialéctica de convergência/divergência de interesses dos diferentes membros dessa

palavras, a estratégia é tanto um saber fazer fazendo, como um fazer sabendo o que se faz. Caso contrário, poderíamos estar diante de uma acção sem qualquer estratégia a montante. De qualquer forma, note-se que as próprias premissas teóricas são desde logo um encaminhar a acção de uma determinada maneira, quanto mais não seja porque o estrategista e o estratega encontram-se no âmbito do apoio à decisão.

Como se trata de um apontamento breve, e como tanto no âmbito da acção quanto no apoio à decisão, a sobrevivência multissecular identitária de um país relativamente fragilizado, em particular na Idade Contemporânea, tem sido conseguida, dizendo bem da originalidade da cultura estratégica portuguesa, centraremos a nossa atenção na dimensão mais pura do estrategista, no intuito de indagar se a esse nível a cultura estratégica portuguesa é apenas receptora e epigonal, ou se possui uma autonomia científica relativa.

À primeira vista, e uma vez que o apoio à decisão parece ter vindo a resultar, ressalta uma ideia mais impressionante, o que não quer dizer menos certa: a de que não só tem havido estrategistas em Portugal, como alguma originalidade têm estes de ter tido. Todavia, o importante é medir esse grau de originalidade, e como naturalmente o espaço é curto, cingir-nos-emos à cultura estratégica portuguesa das últimas décadas e, em particular, à escola estratégica portuguesa.

Ora, acerca da escola estratégica portuguesa, o mínimo que podemos desde já adiantar é que a mesma não só constrói pensamento original, como está na vanguarda do que se faz em termos estratégicos, nomeadamente na teoria geral da estratégia. Embora, como noutros campos, as suas potencialidades de projecção internacional não correspondam efectivamente ao projectado, uma vez que quase nada está traduzido e nem sequer, ao que sabemos, está publicado no Brasil ou no espaço ibero-americano em geral.

Podemos começar a falar numa escola estratégica portuguesa nos idos de 60 do século XX, em torno à figura do brigadeiro Kaúlza de Arriaga, fundador da Escola, sediada a mesma no Instituto de Altos Estudos Militares, onde pontuavam também figuras como Lopes Alves, para já não mencionar o criador do Instituto da Defesa Nacional, inicialmente Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, general Câmara

socialidade. Quanto mais recuarmos no tempo, mais unitária se apresenta uma dada racionalidade social estratégica. Pelo contrário, quanto mais nos aproximamos do nosso tempo mais essa unidade é minimal e muito aberta. Para um maior desenvolvimento deste conceito, cfr. António Paulo Duarte e António Horta Fernandes, "Da Hostilidade à Construção da Paz. Para uma revisão crítica de alguns conceitos estratégicos", *Nação e Defesa*, Lisboa, nº91, Outono 99, pp.101-103.

Pina. Não se pense, porém, que esta incidência militar correspondia a uma visão estritamente militar da estratégia. Aquilo que aconteceu foi que só há pouco a estratégia se libertara dos estreitos limites do militar, e por conseguinte, era natural que fossem os militares a cultivarem a estratégia, ora de uma forma clássica, ora de uma outra forma, que à altura e só então começava a ser pacífica: referimo-nos à ideia, e também à prática, a que não é alheia as imposições concretas da guerra fria e das guerras coloniais, de que a estratégia tinha outras valências para além da militar, podendo todas elas serem integradas debaixo de conceito de estratégia total ou integral, correspondente à manobra geral do Estado ou de qualquer outro actor político. Aliás, para se aquilatar de quanto neste período, ao nível dos fundamentos, a escola estratégica portuguesa não foi meramente epigonal e passiva na recepção das inovações que provinham quase todas de França, com excepção da figura de Liddell Hart, pense-se no conceito de estratégia estrutural, que em França, pensando em Lucien Poirier, por exemplo, tem uma tradução menos elegante e menos conseguida semanticamente, sendo designado por estratégia de vias e meios. Pois bem, o conceito de estratégia estrutural é uma criação de Kaúlza de Arriaga.

Mas não se pense que esta reflexão estratégica adulta foi criada do nada. Na sua genealogia mais próxima, entronca nas teorizações acerca da guerra subversiva, com as suas concomitantes estratégias de subversão e contra-subversão, desenvolvidas também nos inícios da década de sessenta. Esse extraordinário filão reflexivo, vertido na publicação, em cinco volumes, *O Exército na Guerra Subversiva*, não será jamais desaproveitado e terá constância e desenvolvimento na concepção da estratégia total ou integral. Mas já antes, ao longo de grande parte de Oitocentos e com mais propriedade no século XX, o pensamento estratégico português foi estando ao nível do que melhor se fazia então no mundo. É certo que, aí sim, a maioria das vezes de forma mais receptiva que inovadora. Contudo, se pensarmos nas figuras de Botelho de Sousa e, sobretudo, em Pereira da Conceição, que nos anos 50 antecipa ou vai a par de Beaufre e de Liddell Hart, com a sua concepção de estratégia que bem poderia ser no essencial a nossa, poderemos perceber quão enraizada em boas práticas e sólida fundamentação esteve desde início a escola estratégica portuguesa.²

O desenvolvimento da disciplina estratégica, a sua abertura ao mundo civil, mormente à Universidade, bem como as mudanças políticas que ocorrem em Portugal na década de 70, acabam por dar um novo fôlego à Escola, permitindo-lhe alcançar parâmetros

² Para uma valorização crítica do pensamento estratégico português sobre a guerra subversiva, bem como das figuras de Botelho de Sousa e de Pereira da Conceição e da discussão de alto nível que este teve com Pires Monteiro acerca da extensão do horizonte estratégico, cfr. António Horta Fernandes, “Pensamento Estratégico” in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, dir., *Nova História Militar de Portugal*, vol.IV, Lisboa, 2004, pp.534-574.

insuspeitados antes. Podemos mesmo dizer que a Escola sofre uma refundação em torno à figura de Abel Cabral Couto, ponte entre as gerações anteriores e pivot de um núcleo de investigadores todos seus discípulos. Certamente que Abel Cabral Couto nunca esteve sozinho. Lembremos a figura de Loureiro dos Santos, ou em áreas adjacentes, mas muito próximas, como é o caso da geopolítica, Pezarat Correia e Ferraz Sachetti. Lembremos igualmente a incontornável figura de Adriano Moreira, no cruzamento entre a Ciência Política e a Estratégia. Mas não olvidemos também o trabalho historiográfico de António Telo, ou mais directamente estratégica, a reflexão do filósofo Viriato Soromenho-Marques.

Nesta segunda fase, a Escola ampara-se novamente no IAEM, mas agora também no meio universitário, de que se salienta o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com a criação do Mestrado em Estratégia. Porém, o que não deixa nunca de ressaltar é a figura de Abel Cabral Couto, uma vez que é a ele que a Escola deve a sua especificidade, o seu cunho original, a começar pelo seu próprio trabalho, que ainda hoje assiste a significativas transformações conceptuais.

A Escola Estratégica Portuguesa desenvolve hoje um trabalho pioneiro, na teoria da estratégia, embora não se reduza exclusivamente a essa temática, como o demonstram as reflexões de Loureiro dos Santos, ou numa segunda geração, os trabalhos histórico-estratégicos de João Vieira Borges. Seja como for, o certo é que a Escola desenvolve no presente investigação em áreas de fronteira do “ser” da estratégia, que, tanto quanto saibamos, estão na vanguarda do que se faz sobre o assunto: repetimos, não exclusivamente, mas no nicho próprio, que é o da teoria da estratégia.

O general Abel Cabral Couto é, como já aludimos, herdeiro das tradições de teoria da estratégia, desenvolvidas no Instituto de Altos Estudos Militares, nomeadamente pela figura do brigadeiro Kaúlza de Arriaga. Abel Cabral Couto é igualmente a grande correia de transmissão e de divulgação da escola estratégica francesa em Portugal. No entanto, o seu pensamento está longe de se resumir a isso, sendo ainda hoje um vulcão em ebulição. De *sagesse* que serviria instrumentalmente o político, ainda que sobre ele retroagindo, a estratégia tende cada vez mais a ser vista por Abel Cabral Couto como uma reflexão sistemática sobre o campo agónico em geral, à luz dos fins de uma dada organização. Abel Cabral Couto, o mais inequívoco dos estrategistas contemporâneos continentais a definir que os objectivos políticos passíveis de tratamento estratégico são exclusivamente aqueles que podem suscitar hostilidade, parece reequacionar hoje isso mesmo, segundo uma linha que faz emergir não poucas aporias, que o próprio é o primeiro a reconhecer.

Numa segunda vaga da Escola, Francisco Abreu defende, de forma pioneira, a legitimidade de uma estratégia empresarial, não como ramo particular de qualquer estratégia económica no seio da estratégia integral, mas pensando o mundo empresarial enquanto universo estratégico *de jure*, por analogia com o edifício da estratégia integral, e com ele estabelecendo relações. O estrategista português tem o cuidado de assinalar que não vê a competição empresarial essencialmente como uma agónica regrada, antes uma luta pura e dura pela sobrevivência, critério maior, na sua perspectiva, para definir a estratégia. Claro está que uma posição inovadora, e distante daquela em que a estratégia empresarial aparece acriticamente no mercado das ideais, comporta algumas dificuldades, das quais a menor não é a problemática do lugar epistemológico do cliente nessa agónica triádica, que o inclui.

António Paulo Duarte tem tido um originalíssimo contributo sobre as relações entre a guerra e a estratégia, nomeadamente na sua exegese inovadora do significado de guerra absoluta em Clausewitz, enquanto núcleo irreduzível último a toda a estratégia que se anicha no fenómeno bélico propriamente dito. Isto é, a guerra configura uma fenomenologia e uma ontologia que comporta no seu cerne uma enorme doze de sem-sentido, de caótica, para os seus diversos actores, que se repercute em todos os escalões, desde o técnico-táctico ao estratégico. Se bem interpretamos as suas teses, a guerra teria assim uma irreduzibilidade última ao nível da acção que seria não só especificamente bélica *qua* bélica, mas especificamente política, não no que diz respeito à teleologia política, mas ao momento cinético radical por excelência da acção política, ao seu exercício puro e soberano, ao momento de excepção.³

Por fim, umas quantas precisões sobre a ideia de estratégia como ética do conflito, prudência para além de toda a prudência, que é defendida por nós no seio da Escola. Com ela quer-se encontrar no exercício estratégico um instrumento que, *ab initio* (não diríamos para já, *ab origine*), promove uma racionalização prudencial do conflito, com vista ao seu transbordamento por uma paz efectiva e perpétua, que tem a sua dimensão fontal para além da contingência histórica, sem obviamente a recusar. A estratégia seria então um saber e uma práxis orientada por uma ética prudencial perfilada ao Bem, isto é, à abertura ao outro, com o paradoxal estatuto de ao mesmo tempo que apura o modo de bem conduzir as hostilidades as vai emboscando; arma a paz possível enquanto determinada paz armada, no fito de que só a paz seja possível. Uma prudência que só mostra que quando toda a prudência foi ultrapassada qualquer

³ Clausewitz expressa-o à sua maneira, quando argumenta que se a guerra pertence à política e a ela vai buscar o seu carácter, no caso de uma política poderosa e ambiciosa, a guerra pode ser levada a atingir a sua forma absoluta. Cfr. Carl von Clausewitz, *On War*, Princeton, Princeton University Press, 1986, Livro VIII, cap.VI B, p.606.

limitação é um golpe profundo à *(des-)economia* do Mal, porque desferido no próprio campo deste. Mas será que essa sororidade primeira que sempre se vislumbra está ao alcance da estratégia em todas as circunstâncias, nomeadamente face à guerra absoluta, por mais excelso que seja o farol que a guie?

Para concluir este apontamento, e para que não possamos ser acusados de desatenção ao que se faz no exterior a este nível, podemos comparar o ponto de chegada das reflexões da Escola Estratégica Portuguesa com o que um vulto das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança diz ser a estratégia. Ken Booth, um nome a todos os títulos incontornável entre os internacionalistas, e cremos que com inteira justiça, ainda há pouco afirmava, na esteira de Liddell Hart, mas de forma mais regressiva, que a estratégia e os estudos estratégicos têm a ver com a compreensão da dimensão militar nas relações internacionais. Algo verdadeiramente espantoso, porque seródio no domínio estratégico.⁴

Todavia, um tal quadro tem uma dupla explicação, embora, a nosso ver, essa explicação não possa servir para justificar ultimamente como boas as considerações de Ken Booth.

Em primeiro lugar, o internacionalista em causa é herdeiro de uma tradição anglo-americana, estruturada à volta do conceito de Grande Estratégica, como política em acto face ao conflito hostil, em que política de defesa (acentuando o vector militar) e estratégia integral aparecem amalgamadas. E se bem que os académicos anglo-saxónicos contemporâneos saibam perfeitamente que a estratégia integra hoje outras dimensões que não exclusivamente a militar, quando se referem à estratégia *per si*, fruto ainda de um enquistamento das teorias realistas e dos racionais herdados de Liddell Hart, pensam sobretudo no aparelho militar, ou se quisermos, no *hard power*, o que tende a encostar a estratégia ao militar. Ora, como nem sempre para os próprios é claro (mesmo quando estão conscientes que estratégia e estratégia militar não se sobrepõem) se, em última análise, a estratégia não remete para o militar e a grande estratégia para uma política de defesa escorada ultimamente no vector militar, a ambiguidade permanece e torna-se máxima para um leitor menos avisado com as coisas da estratégia. Já um leitor avisado da literatura anglo-saxónica, em particular um leitor internacionalista, mas menos sensível às questões estratégicas, pode ficar com a impressão, errónea, de que estratégia e estratégia militar acabam sempre por

⁴ Cfr. Ken Booth, *Key Guide to Information Sources in Strategic Studies*, London, Mansell, 1994, p.21.. O autor afirma aí expressamente o seguinte: "Strategic Studies is concerned with understanding and explaining the military dimension of International Relations" (p.21 da obra referida). Seria quase caso para dizer, a partir da Escola Estratégica Portuguesa: "ainda vão aí!"

se identificar algures, uma vez que, no fundo, a referida literatura acaba por sobrepor demasiado guerra e estratégia, através do vector militar operacional. Lido este último, por sua vez, e em grande medida, pelas suas pautas de emprego na guerra quente.

Em segundo lugar, a este conjunto de razões, podemos adicionar outro, mais grave, o qual advém da própria dinâmica da ciência das relações internacionais, independentemente do universo estratégico, mesmo aquele de raiz anglo-americana. Ainda assim, sempre se pode argumentar que a predominância anglo-americana nas Relações Internacionais levou os internacionalistas a estar mais familiarizados, quando o estão, com a literatura estratégica da mesma proveniência, acrescentando os equívocos que de seguida mencionaremos, pela simples razão que essa literatura estratégica anglo- americana nem sempre é suficientemente cauta, como vimos.

Na verdade, e em termos gerais, a estratégia tem padecido de uma leitura enviesada por parte das principais escolas teóricas das Relações Internacionais. Para a perspectiva realista, aquela esmagadoramente maioritária até há alguns anos, a estratégia não era mais do que uma parte (fundamental é certo) de efectivação poder, em particular, do poder militar. Pelo que, a disciplina estratégica ou era uma temática estritamente prática, ou a teoria dessa prática não era mais do que uma fatia da teorização sobre as relações de poder. Já as escolas pós-positivistas, em confrontação com o realismo, herdaram, no entanto, acriticamente deste e no essencial a sua visão da estratégia. Julgaram-na ora como um instrumento político de natureza prática arcaizante, ou mesmo reaccionário, ou então viram simplesmente na estratégia uma parte, especialmente militarizada e virulenta, da teoria do poder que se repudiava; em todo o caso, uma matéria serôdia e a descartar.

Equívocos de escola em matéria objectiva e compreensão errónea do lugar da estratégia nas Relações Internacionais, eis dois aspectos altamente sensíveis que a Escola Estratégica Portuguesa está em condições de ultrapassar, fruto de um trabalho há muito escorado e com uma longa linhagem de reflexão substantiva, traduzindo-se numa apurada cultura estratégica também no domínio do saber, da investigação fundamental. Oxalá, o meio universitário da ciência política e da ciência das relações internacionais a queira acolher, e o meio militar não a perca, em nome de inovações espúrias e quantas vezes não fundamentadas.

O Grupo de Reflexão sobre a Revisão da Estratégia Europeia de Segurança é um projecto do IEEI,
apoiado pelo Ministério da Defesa Nacional